

POPULAÇÃO APOIA AUMENTO DE IMPOSTOS PARA PRODUTOS QUE FAZEM MAL À SAÚDE E AO MEIO AMBIENTE E QUE O VALOR ARRECADADO SEJA USADO NO SUS

Pesquisa Datafolha/ACT mostra maior conscientização sobre tabaco, alimentação saudável e bebidas alcoólicas

Pensar em aumento de impostos é uma tarefa árdua e que encontra inúmeras resistências, mas a maioria da população brasileira (94%) apoia o aumento de impostos para produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, plásticos e que têm alta emissão de carbono, em acordo com o previsto no texto da reforma tributária. Para 73% das pessoas entrevistadas, o valor arrecadado com esses produtos deve ir para o Sistema Único de Saúde, para tratamentos das doenças relacionadas ao seu consumo. Em temas como alimentação, 89% concordam que apenas alimentos saudáveis como frutas, arroz e feijão devem compor a cesta básica. Estas são as principais conclusões da nova pesquisa de opinião que a ACT Promoção da Saúde encomendou ao Instituto Datafolha.

Foram feitas 2.005 entrevistas em 130 municípios das cinco regiões do país, com homens e mulheres a partir de 16 anos, com perfis variados em relação à renda, escolaridade e raça. A margem de erro máxima para o total da amostra é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

Os resultados serão apresentados na próxima quarta-feira, dia 23, às 14h, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no Senado. Intitulado "Desenvolvimento Sustentável e Bem-Estar Social na Reforma Tributária", o evento vai reunir a ministra da saúde Nísia Trindade e o ex-ministro José Temporão; os professores da Fundação Getúlio Vargas, Marcos Valadão, do Distrito Federal, e Tathiane Piscitelli, de São Paulo; a especialista em tributação de cadeias produtivas, Edna Carmelo; e a diretora-geral da ACT Promoção da Saúde, Mônica Andreis.

A pesquisa mostrou que, para 79% dos entrevistados, cigarro e outros produtos de tabaco devem ter impostos mais altos. A porcentagem para bebidas alcoólicas é de 71%. O meio ambiente também é uma preocupação e, assim, 72% concordam com impostos seletivos para produtos responsáveis por altas taxas de emissão de carbono; 64%, para agrotóxicos; e 55%, para embalagens e sacolas plásticas (55%).

Já as bebidas adoçadas e ultraprocessados têm índices de aprovação menores, mas ainda assim consideráveis, de 47% e 46%, respectivamente, o que mostra conscientização sobre os riscos associados desses produtos à saúde.

Na questão sobre incentivos fiscais para os setores prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, a pesquisa mostra que 57% das pessoas entrevistadas são contrárias a que o governo estimule as empresas.

"Esta pesquisa é de fundamental importância neste momento em que o Brasil discute uma reforma tributária: mostra enorme apoio da população a que produtos nocivos à saúde e ao ambiente sejam mais tributados. O governo e legisladores têm em suas mãos uma oportunidade única de obter recursos e promover saúde. Duas coisas urgentes em nosso país", diz Mônica Andreis, diretora-geral da ACT Promoção da Saúde.

A proposta da ACT para a reforma tributária pode ser acessada aqui:

<https://actbr.org.br/uploads/arquivos/FACT-SHEET-V3-DIGITAL---NOTA-TECNICA-03%281%29.pdf>

A seguir, destacamos o que pensa a população a respeito dos principais fatores de risco de doenças crônicas não transmissíveis:

Tabaco

A população reconhece que cigarros são vendidos a partir de R\$ 5,00 e 83% concordam que impostos de produtos de tabaco devem ser mais altos para desestimular o consumo, enquanto 84% são a favor que as empresas fabricantes paguem ao SUS pelo tratamento das doenças tabaco relacionadas.

Para 70%, os aditivos de sabores como menta, cravo ou baunilha, que estimulam a iniciação, deveriam ser proibidos por lei. Já os dispositivos eletrônicos para fumar, categoria que inclui cigarros eletrônicos ou tabaco aquecido, devem continuar proibidos para 79% dos entrevistados.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou, há dez anos, regulação que proíbe os aditivos, mas que ainda é objeto de disputas judiciais. E, no ano passado, a Anvisa manteve a regulação que proíbe os dispositivos eletrônicos, por entender que não há evidências conclusivas, sem conflito de interesse, de que tenham risco reduzido.

Conheça mais sobre esses temas:

<https://actbr.org.br/vapevicia/5verdades/>

<https://actbr.org.br/regulacao-do-produto>

Álcool

Metade da população entende que beber, mesmo de vez em quando, faz mal à saúde.

Para 38% dos entrevistados, as bebidas estão associadas a acidentes de trânsito; para 36%, à dependência; e para 36%, à violência doméstica.

Já 59% das pessoas são contra a veiculação de propaganda de cerveja na TV, redes sociais e eventos esportivos. A veiculação de propaganda de cerveja é mais aceita entre os homens, mais jovens (até 34 anos), com ensino superior e nas classes AB.

É interessante observar que o percentual dos que consideram o consumo de álcool prejudicial à saúde é maior entre a classe D/E (60%) e aqueles com apenas o ensino fundamental (57%).

eventos esportivos.

Conheça mais:

<https://actbr.org.br/uploads/arquivos/FACTSHEET-ALCOOL-VITAL.pdf>

Ultraprocessados

Tanto a venda de ultraprocessados em cantinas de escolas como sua publicidade voltada para crianças têm alta rejeição. No primeiro caso, alcança 73% dos entrevistados e, no segundo, 79%.

A aprovação de uma cesta básica só com alimentos saudáveis, incluindo frutas, arroz e feijão, base da alimentação da população brasileira, chega a 89%.

A ACT tem diversos estudos sobre os riscos dos ultraprocessados reunidos em nossa campanha Doce Veneno: <https://doceveneno.org.br/>

A pesquisa e metodologia da pesquisa Datafolha podem ser encontradas em nosso site: <https://actbr.org.br/post/pesquisa-datafolha-sobre-tabaco-alimentacao-alcool-e-reforma-tributaria/19605>